

**REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA**  
**SUMÁRIO Nº 23 ABR./JUN. 1998**

**I DOCTRINA**

Inconfidência constitucional . DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO  
p. 07

A reforma do Poder Judiciário. GERALDO BRINDEIRO  
p. 11

Liberdade de opinião, liberdade de informação: mídia e privacidade – TERCIO SAMPAIO  
FERRAZ JUNIOR p. 24

O controle incidental de normas no Direito brasileiro. GILMAR FERREIRA MENDES  
p. 30

A nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. MARIA GARCIA  
p. 59

Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no Direito constitucional LUÍS  
ROBERTO BARROSO p. 65

A Constituição de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos.  
FLÁVIA PIOVESAN p. 79

Retroatividade, eficácia imediata e pós-atividade das leis: sua caracterização correta, como  
indispensável para solução dos problemas de Direito intertemporal. FERNANDO  
NORONHA p. 91

A interpretação do Direito e a ideologia do intérprete. MARIA CÉLIA DE ARAÚJO  
FURQUIM p. 111

O princípio da ampla defesa e a “competência” dos tribunais administrativos para  
apreciarem matéria constitucional. DALTON LUIZ DALLAZEM  
p. 118

Competências legislativas implícitas dos Estados-membros. ANDRÉ L. BORGES NETTO  
p. 128

A liberdade dos trabalhadores e a modernidade: direitos e garantias. SÉRGIO ALBERTO E  
SOUZA P. 134

A legitimidade do poder constituinte. FREDDY LOURENÇO RUIZ COSTA P.  
167

Meio ambiente. A contribuição do jurista. JÔNATHAS SILVA  
p. 178

Da inviolabilidade de dados: inconstitucionalidade da Lei 9.296/96. Lei de interceptação de  
comunicações telefônicas. JOSÉ HENRIQUE BARBOSA MOREIRA LIMA NETO  
p.187

Mandado de injunção e inconstitucionalidade por omissão. LUÍS CESAR SOUZA DE QUEIROZ p. 197

A inexistência de um sistema eleitoral misto e suas conseqüências na adoção do sistema alemão no Brasil. LUIS VIRGÍLIO AFONSO DA SILVA  
p. 238

Princípios de Processo civil aplicáveis ao procedimento de outorga de licença urbanística. MANOEL JORGE E SILVA NETO  
p. 244

Análise do desenvolvimento sob a perspectiva da Constituição brasileira. ROGÉRIO EMÍLIO DE ANDRADE p.262

## **II ESTUDOS E PARECERES**

Procuração pública. Condições de aceitação impostas por atos normativos. Impossibilidade. CELSO RIBEIRO BASTOS  
p. 287

O princípio da separação dos poderes. A autonomia dos legislativos municipais. Limites da competência do Ministério Público. Preservação ambiental. Exercício do poder de polícia e concessões. IVES GANDRA S. MARTINS p.293

## **III TRIBUNAIS**

Constitucional. Contribuição social para financiamento da seguridade social – COFINS. Lei Complementar 70/91 (arts. 1º, 2º, 10 e 13). Ação declaratória de constitucionalidade. Decisão definitiva. STF. Efeito vinculante – Rel.: MÁRIO CÉSAR RIBEIRO p. 309

Processual civil. Constitucional e tributário. Ação rescisória. Contribuição para o PIS. Decretos-leis 2.445 e 2.449/88. Inconstitucionalidade. Compensação. Inaplicabilidade da Súmula 343-STF – Rel.: JOAO V. FAGUNDES p. 312

Constitucional, administrativo e processual civil. Ação ordinária. Manutenção da jornada de 6 (seis) horas para servidores do INSS, atualmente regidos pela Lei 8.112/90. Decreto 1.590/95 e Resolução 172/95. Inexistência de direito adquirido à jornada reduzida. Antecipação dos tutelas. Art. 273 do CPC. Impossibilidade – Rel.: ASSUSETE MAGALHÃES p 316

Constitucional e administrativo. Mandado de segurança coletivo. Vantagem específica da categoria. Banco Central. Diferenças de “empréstimo pecuniário”. Sindicato Nacional dos Serviços Federais Autárquicos nos Entes de Formulação, Promoção e Fiscalização da Política da Moeda e do Crédito. Legitimidade ativa para a causa. Art. 5º, LXX, b e 8º, III – Rel.: ALDIR PASSARINHO JUNIOR

Direito Constitucional e administrativo. Mandado de segurança. Incorporação aos proventos de gratificação pelo exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento.

Direito adquirido. Transformação em vantagem pessoal, com redução de valor remuneratório. Reestabelecimento e vantagem fixada pela Lei 9.030/95, operante de efeitos pretéritos. Medida Provisória 1.160/95 – Rel.: ALOISIO PALMEIRA LIMA p. 326

Constitucional, administrativo. Mandado de segurança. Punição disciplinar. Licença-gestante. Impossibilidade de desconto dos dias paralisados no período de afastamento. Postergação da pena para momento futuro. Constituição Federal, art. 7º, XVIII – Rel.: Juiz ALDIR PASSARINHO JUNIOR p. 328

Constitucional. Tributário. Mandado de segurança. IOF. Lei 8.033/90. Aplicações financeiras. Entidade de assistência social. Imunidade. Segurança concedida – Rel.: Juíza LUCIA FIGUEIREDO p. 330